



REVISTA DE INVESTIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS

JOURNAL OF CONSTITUTIONAL RESEARCH

vol. 5 | n. 1 | janeiro/abril 2018 | ISSN 2359-5639 | Periodicidade quadrimestral
Curitiba | Núcleo de Investigações Constitucionais da UFPR | www.ninc.com.br

Separação de poderes e diálogos institucionais

Separation of powers and institutional dialogues

As transformações das relações entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário têm sido constante objeto de discussão no Direito Constitucional e na Ciência Política na contemporaneidade. As diferenças entre o modelo clássico francês de separação estanque entre os poderes, forjado na conjuntura da Revolução Francesa, e o modelo estadunidense de *checks and balances*, marcado desde o início do século XIX pelo reconhecimento de legitimidade aos juízes e tribunais para o exercício do controle jurisdicional de constitucionalidade das leis, impactaram uma infinidade de sistemas jurídico-políticos, que hoje apresentam uma variedade de outros modelos caracterizados por especificidades próprias.

É possível observar, no entanto, que em diversas sociedades democráticas ocidentais nas últimas décadas a redução da confiança do povo na política e nos políticos tem conduzido a um deslocamento da esfera deliberativa de poder para outras arenas institucionais, notadamente para o Poder Judiciário. Nesse cenário, percebe-se em distintas partes do globo uma expressiva atuação de Supremas Cortes e de Cortes Constitucionais em temáticas de grande impacto político e moral, tornando o Poder Judiciário uma peça de destaque no processo democrático. A judicialização da política e o

ativismo judicial se manifestam como fenômenos recorrentes da experiência constitucional atual, desaguando em uma tendência batizada por Ran Hirschl de “juristocracia”.¹

Apesar de o avanço do Poder Judiciário sobre a arena da política majoritária em alguns Estados ter sido comemorado por determinados setores, tal movimento tem sido também duramente criticado por conta da inexistência de instrumentos de responsabilização e de controle da atividade judicial. O monopólio, concentrado nas mãos dos juízes e tribunais, do poder de dar a última palavra sobre a interpretação da Constituição passa a ser questionado, especialmente por conta do déficit democrático do referido modelo. A supremacia judicial em matéria de definição do significado constitucional passa a dar lugar a teorias dialógicas, que se apresentam como alternativa dotada de maior teor democrático. Elas propõem que o sentido do ordenamento constitucional deve ser resultado de um diálogo entre os tribunais e os demais atores institucionais, remetendo a uma interlocução entre as Cortes e outras instituições políticas e sociais no que toca à identificação do significado da Constituição.

Em razão da centralidade dessa discussão no debate constitucional contemporâneo, a presente edição da **Revista de Investigações Constitucionais** consagra um Dossiê temático ao tema “*Separação de poderes e diálogos institucionais*”, reunindo 10 artigos em inglês, espanhol e português sobre o assunto, tratando-o a partir de diferentes perspectivas, como forma de apresentar o que há de mais atual nesse importante debate. Somam-se a tais trabalhos outros 6 artigos, inseridos na seção aberta da revista.

Neste número, o primeiro do ano de 2018, publicamos artigos em 3 idiomas (inglês, espanhol e português), de autores vinculados a 22 instituições de ensino superior de 4 países diferentes: Estados Unidos da América, México, Argentina e de 8 diferentes Estados da República Federativa do Brasil, com representação das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul: Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Dos trabalhos publicados, 100% são de Professores Doutores, 37% redigidos em língua estrangeira, 18% dos artigos são de autores estrangeiros e 93% dos artigos são de autores exógenos ao Estado do Paraná. São eles:

- From an idealized separation of powers to its practical problems in the Rule of Law

César Augusto Cichelero

Mestrando em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (Caxias do Sul, RS, Brasil)

¹ HIRSCHL, Ran. **Towards juristocracy**: the origins and consequences of the new constitutionalism. Cambridge: Harvard University Press, 2004. p. 1-2.

Caroline Ferri

Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

Eduardo Brandão Nunes

Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

- Los mecanismos de control constitucional aplicados a los actos administrativos en el Derecho Mexicano

Luis José Béjar Rivera

Profesor Investigador de la Universidad Panamericana – Facultad de Derecho (Ciudad de México, México)

Rodrigo Salazar Muñoz

Profesor de la Universidad Panamericana – Facultad de Derecho (Ciudad de México, México)

- “Diálogo” entre Poderes no Brasil? Da inconstitucionalidade da regulação da vaquejada à vaquejada como patrimônio cultural imaterial brasileiro: uma análise crítica

Mônia Clarissa Hennig Leal

Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC (Santa Cruz do Sul, RS, Brasil)

Maria Valentina de Moraes

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos Sociais e Políticas Públicas da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC (Santa Cruz do Sul, RS, Brasil)

- Separação de poderes e diálogos institucionais nos litígios envolvendo o direito à saúde

Ana Paula Oliveira Ávila

Professora Titular de Direito Constitucional dos Cursos de Graduação em Direito e Mestrado em Direitos Humanos do UniRitter (Porto Alegre, RS, Brasil)

Karen Cristina Correa de Melo

Mestranda no Programa de Mestrado em Direitos Humanos do UniRitter (Porto Alegre, RS, Brasil)

• Influência das teorias dos diálogos institucionais e da última palavra provisória no pensamento constitucional brasileiro contemporâneo

Antonio Ezequiel Inácio Barbosa

Mestrando em Direito Constitucional pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza (Fortaleza, CE, Brasil)

Martonio Mont'Alverne Barreto Lima

Professor Titular da Universidade de Fortaleza (Fortaleza, CE, Brasil)

• O ativismo judicial e constrangimentos a posteriori

Luiz Henrique Diniz Araújo

Professor da Faculdade Boa Viagem/DeVry (Recife, PE, Brasil)

• Impeachment e devido processo legal

Ricardo Perlingeiro

Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (Niterói, RJ, Brasil)

• Diálogos sanitários interinstitucionais e a experiência de implantação do NAT-JUS

Cynara Monteiro Mariano

Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Ceará (Fortaleza, CE, Brasil)

Emanuel Teófilo Furtado

Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Ceará (Fortaleza, CE, Brasil)

Felipe Braga Albuquerque

Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Ceará (Fortaleza, CE, Brasil)

Fabrcia Helena Linhares Coelho da Silva Pereira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Ceará (Fortaleza, CE, Brasil)

• Separação dos poderes e complexidade social – uma releitura sistêmica

Fernando Rister de Sousa Lima

Professor Doutor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo, SP, Brasil)

Orlando Villas Bôas Filho

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo, SP, Brasil)

- Autocontenção à brasileira? Uma taxonomia dos argumentos jurídicos (e estratégias políticas?) explicativo(a)s do comportamento do STF nas relações com os poderes majoritários

Flávia Danielle Santiago Lima

Professora da Universidade de Pernambuco e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco – PPGD-UFPE (Recife, PE, Brasil)

José Mário Wanderley Gomes Neto

Professor da Graduação e Pós-Graduação da Universidade Católica de Pernambuco e do Centro Universitário CESMAC (Recife, PE, Brasil)

- Is it time for a U.S. Article V Constitutional convention? A brief discussion about American constitutional reform procedure

Karen DeSoto

Adjunct Professor at Rutgers University (United States of America)

- TWAIL – “Third World Approaches to International Law” and human rights: some considerations

Larissa Ramina

Associate Professor of International Law and Human Rights Law at Universidade Federal do Paraná – UFPR (Curitiba, PR, Brazil)

- The principle of the dignity of human person: a reading of the effectiveness of citizenship and human rights through the challenges put forward by globalization

Orides Mezzaroba

Full Professor on the Undergraduate and Graduate Law Schools at Federal University of Santa Catarina (Florianópolis, SC, Brasil)

Vladmir Oliveira da Silveira

Full Professor on the Undergraduate and Graduate Law Schools at the Federal University of Mato Grosso do Sul (Campo Grande, MS, Brasil)

• Inteligencia artificial: retos, desafíos y oportunidades – Prometea: la primera inteligencia artificial de Latinoamérica al servicio de la Justicia

Juan Gustavo Corvalán

Professor de Derecho Administrativo de la Universidad de Buenos Aires (Buenos Aires, Argentina)

• Um diálogo sobre a autonomia da Constituição e os direitos humanos: aproximações hermenêuticas à noção de bloco de constitucionalidade

Rafael Fonseca Ferreira

Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande (Rio Grande, RS, Brasil)

Têmis Limberger

Professora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, RS, Brasil)

• Uma década de audiências públicas no Supremo Tribunal Federal (2007-2017)

Fernando Leal

Professor da FGV Direito Rio (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

Rachel Herdy

Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

Júlia Massadas

Mestranda em Direito da Regulação pela Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

Curitiba, janeiro de 2018.

Prof. Dr. Daniel Wunder Hachem

Editor-Chefe da Revista de Investigações Constitucionais